



Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História

ISSN: 0104-236X

anos90@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Augusto de Mattos, Regiane

Poder e estratégias políticas no norte de Moçambique: a relação entre as pia-mwene e o governo português no final do século XIX

Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 21, núm. 40, dezembro, 2014, pp. 91-110

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=574069153006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Poder e estratégias políticas no norte de Moçambique: a relação entre as *pia-mwene* e o governo português no final do século XIX

Regiane Augusto de Mattos*

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a relação entre as *pia-mwene*, representantes das linhagens nas sociedades do norte de Moçambique, e o governo português, no final do século XIX. Diante das interferências das autoridades portuguesas nos processos sucessórios das sociedades locais, é possível observar as estratégias utilizadas pelas *pia-mwene* na tentativa de preservar a autonomia e a legitimidade política.

Palavras-chave: Poder político. *Pia-mwene*. Norte de Moçambique.

Introdução

No final do século XIX, Portugal tentou seguir os passos das grandes potências europeias acelerando o movimento de ocupação do território do atual Moçambique apoiado no progresso técnico que facilitava e permitia uma penetração muito mais rápida no interior do continente, ao fazer uso de novos recursos tais como a navegação a vapor, as instalações de cabos submarinos, novas armas, difusão do uso do quinine. As novas diretrizes da política portuguesa, que

* Doutora em História Social pela USP. Professora de História da África. Departamento de História. PUC-Rio. Financiamento: CAPES/FAPESP. E-mail: regiane-mattos@puc-rio.br.

incluíam também tentativas de controle do comércio e da produção de gêneros agrícolas, a cobrança de impostos, o trabalho compulsório, o recrutamento de trabalhadores, a instalação de postos militares e a organização de expedições militares, geraram descontentamento das chefias locais e de parte da população da região. Neste contexto é possível observar as ações das *apnya*, representantes das linhagens nas sociedades matrilineares, e as estratégias políticas estabelecidas com relação ao governo português, que serão objeto de análise deste artigo.

As *pia-mwene* e o poder político no norte de Moçambique

As *apnya* são mais comumente chamadas na documentação portuguesa de *pia-mwene* ou de rainhas. Eram as mulheres mais velhas dos grupos de anciãs e ocupavam uma posição específica, a de “mãe-alimentadora” de todos os membros do grupo social, centralizando as relações de uma comunidade mais ampla delimitada por um território, muitas vezes, determinado por elementos da natureza como rios e montanhas. Também cabia a essas mulheres a transmissão do direito ao uso da terra, à qual os homens somente tinham acesso por meio do casamento. Dessa maneira, o território era controlado sempre pelos membros femininos, pois apenas elas o ocupavam de maneira permanente. Os membros do grupo social denominavam a sua linhagem de *errukulu*, que significa literalmente ventre, ou seja, uma metáfora que demonstra que todos aqueles saíram do mesmo ventre – o da *apnya*. (GEFFRAY, 2000, p. 83, p. 87)

A *apnya* era também responsável por transmitir o *nibimo* a todo o grupo, termo que indica a pertença, e, por ele, os indivíduos de um mesmo grupo social se reconhecem. A transmissão do *nibimo* era efetuada por meio dos rituais de iniciação, realizada por volta dos dez, doze anos de idade. Era nesse momento que se conheciam o seu *nibimo* e os saberes associados a ele, o caminho percorrido e os atributos secretos dos antepassados, o papel de cada indivíduo na sociedade. (BAPTISTA, 1948, p. 26; GERARD, 1941) Com a transmissão do *nibimo*, eram dadas ao indivíduo a sua pertença ao grupo e a sua identidade social.

A transmissão do *nibimo* também fundamentava a lei, pois, ao definir a pertença, estabelecia a autoridade da qual provinha essa pertença. Ao ser nomeado e ganhar uma identidade social, esse indivíduo era chamado a se submeter às leis do grupo. Caso ele cometesse desvios, ser-lhe-ia retirado o *nibimo*.¹ A *apunya* entregava aos seus dependentes o *nibimo* que havia recebido dos mortos do seu grupo, tornando-se uma referência da identidade social para todos os membros. Não gerou a vida dos seus dependentes, porém ao transmitir-lhes o *nibimo*, fornecia-lhes a pertença, tornando-os vivos dentro do grupo. Após a sua morte, ela se uniria aos antepassados a partir dos quais o grupo construía a sua história (GEFFRAY, 2000, p. 86-87).

A *apunya* ou *pia-mwene* tinha a função de conservar a memória da linhagem e estabelecer a ligação com os seus ancestrais. Participava de vários momentos e cerimônias significativos da sociedade e deveria ser sempre consultada em caso de guerra, quando traziam-lhe um prato no qual jogava um pouco de farinha de mapira (espécie de sorgo) e avaliava se o momento era favorável para a luta, decidindo se o chefe deveria ou não iniciar a batalha.² (AMORIM, 1911, p. 104; HAFKIN, 1973, p. 78).

A mapira e a sua relação com os ancestrais aparece em várias dimensões da sociedade, como nas celebrações ligadas ao exercício do poder político. A farinha de mapira, denominada *epépà*, era utilizada no momento da investidura de um novo chefe, quando, então, era jogada sobre sua cabeça, para que os ancestrais o ajudassem a garantir a justiça e a proteção de todo o grupo. A escolha do novo chefe deveria necessariamente receber a aprovação e a legitimação da *pia-mwene*, por meio do ritual de investidura.

A *epépà* era utilizada também nas oferendas aos ancestrais feitas nas sepulturas, nos locais da morte ou próximos a rios e montanhas. Em caso de calamidades, como fomes, secas, guerras ou doenças, eram realizados rituais, conduzidos pela *pia-mwene*, nos quais se faziam oferendas com farinha de mapira. Nos casamentos, o produto era cozido e entregue aos noivos. (BAPTISTA, 1948, p. 34, p. 53)

Portanto, a *epépà* apresenta dois aspectos simbólicos que estavam interligados. Representava o elemento estrutural da organização econômica, na medida em que a mapira era o principal produto

da alimentação local, manifestando a importância da fertilidade da terra, do trabalho e da estabilização económica do grupo. Ao mesmo tempo, revelava a relação dos elementos fundamentais da sociedade (a fertilidade da terra e dos homens, a produção económica, o poder político e o equilíbrio da natureza) aos ancestrais.³ Dessa maneira, a autoridade da *pia-mwene* é inerente à sua função e ao seu poder de se comunicar e ser responsável pela conexão com os ancestrais. A farinha de mapira constituía-se o elemento simbólico dessa conexão, servindo como mediadora entre a sociedade e os ancestrais.⁴

Estratégias políticas das *pia-mwene* e sua relação com o governo português

No final do século XIX, sultões e chefes de Angoche, Sangage, Sancul e Quitangonha, dos grupos chamados macua-imbamela e namarrais organizaram uma série de ações, como o intercâmbio de armas, munições e guerreiros, bem como de ataques simultâneos aos postos administrativos e militares portugueses, em resposta às intervenções do governo português no norte do atual Moçambique. Essa associação entre os principais representantes políticos da região ficou conhecida como “coligação de resistência”, termo que aparece frequentemente nas fontes documentais. (MATOS, 2012)

As sociedades que constituíram a “coligação” estavam localizadas no território que atualmente compõe parte da província de Nampula, em Moçambique. Dentre elas, existiam, no litoral, estabelecimentos islâmicos como Angoche, Sancul, Sangage e Quitangonha, formados por populações suaílis. Participaram também as sociedades denominadas macuas, especialmente os imamelas e os namarrais, localizadas no interior desta região.⁵

Os namarrais têm sua origem na migração das populações nguni vindas do sul, que provocaram transformações político-sociais na região da Zambézia, nas primeiras décadas do século XIX.⁶ Nancy Hafkin sugere que, em 1865, os namarrais teriam se organizado como grupo nas terras próximas a Mossuril e Moginqual. (HAFKIN, 1973, p. 365) Por sua vez, Luísa Martins acredita que essa nova sociedade tenha provavelmente se constituído num período um

pouco anterior, tendo em vista que o processo de migração nguni já estava em curso antes disso, sendo explicado também por outras causas endógenas e/ou exógenas. Este “novo Estado” namarral, governado por chefes que levavam o nome de *Mocuto*, tinha características muito próprias, que o diferenciaram de uma “chefatura tradicional”. (MARTINS, 2011)

José Capela aponta que escravos fugidos da ilha de Moçambique dirigiram-se ao território fronteiro no continente denominado Ampapa e ali instalaram uma aringa, nome dado a uma povoação fortificada, em geral composta por escravos fugidos. Essa povoação teria se integrado ao grupo namarrais por meio de novas chefias. Capela acrescenta que, na década de 1820, as desordens causadas pelas migrações dos ngunis provocaram a decadência de alguns prazos na Zambézia e, por consequência, muitos escravos e colonos abandonaram o território, juntando-se a outros prazos ao sul ou constituindo novas formações sociais. (CAPELA, 2006, p. 86-91)

Na segunda metade do século XIX, a *pia-mwene* dos namarrais era a “rainha” Naguema, conhecida por participar da “coligação de resistência” juntamente com o capitão-mor de Sancul, de nome Marave, e de Farelay do sultanato de Angoche. Em vários documentos, ela aparece como “irmã” do chefe principal dos namarrais, o Mocuto-muno. No entanto, um desses documentos traz a informação de que “Mocuto-muno [a] trata por mãe, mas não o é”, ou seja, ela simbolizava a “mãe-alimentadora”, no sentido da *pia-mwene*.⁷

Em 1898, Maquia, uma das “filhas”⁸ da “rainha” Naguema foi sequestrada pelo governo português e presa na fortaleza de São Sebastião. Em troca da libertação da provável sucessora da *pia-mwene* dos namarrais, o governo exigia a entrega do capitão-mor Marave e de todas as armas e munições em poder dos namarrais. Para resgatar sua “filha”, Naguema enviou uma embaixada ao capitão-mor das Terras da Coroa em Mossuril, oferecendo ao governo português a quantia de dez mil réis. Os emissários de Naguema afirmaram ainda que se a jovem não fosse devolvida fariam guerra ao posto português em Ampapa. Em resposta, o capitão-mor declarou que só entregaria a filha se a “rainha pegasse pé” (se submetesse) e devolvesse as armas e munições que foram abandonadas recentemente pelos carregadores do governo português.⁹ Nesse caso, o governo

português agiu estrategicamente para desestabilizar a sociedade dos namarraís. O objetivo era fazer com que os chefes se entregassem e fossem desarmados ou, então, iniciassem uma ofensiva contra o governo português.

Em 1898, o governador das Terras Firmes recebeu uma carta de Naguema.¹⁰ Nela, a *pia-mwene* dos namarraís demonstrou conhecer as intenções do governo português que sequestrara sua “filha”, afirmando que as autoridades portuguesas faziam isso porque tinham força, mas se quisessem lhe fazer guerra ela não se afugentaria. Naguema também provou saber do interesse de outros países europeus na região, como a Inglaterra, a França e a Alemanha e revelou que sua intenção não era contrária à presença específica dos portugueses, mas a qualquer nação que lhe fizesse guerra, afirmando: “Sou pobre e o Rei vem combater comigo, é minha vingança que eu tenho. Qualquer bandeira que venha fazer-me guerra, seja inglesa, francesa ou alemã, eu hei de estar junto a minha gente. Sou honrada para combater com o Rei”.¹¹

A povoação de Ampapa próxima ao posto português estava em sobressalto devido ao possível ataque dos guerreiros de Naguema em retaliação à prisão de sua “filha”.¹² Mocutu-muno, chefe dos namarraís, juntar-se-ia à “coligação” ao atacar o posto português de Naguema e Ibrahim, informação divulgada pelo chefe Nhacanona ao comandante do posto militar em Ibrahim. O comandante enviou então “dois pretos de Ampapa” para espionar o território que afirmavam não ter ouvido nada sobre os ataques.¹³

Em maio de 1899, Mocutu-muno, a “rainha” Naguema e o chefe Nhacanona visitaram o capitão-mor no posto português de Naguema, acompanhados de uma comitiva com cerca de setecentos homens armados, dentre os quais 250 com espingardas. Afirmaram que não tinham a intenção de fazer guerra ao governo português, contudo queriam a libertação da “filha” de Naguema. O governo português continuou a exigir a entrega das armas em posse dos namarraís. Os chefes declararam que tentariam recuperá-las, mas que elas provavelmente estariam em poder da população, que, segundo eles, costumava “[...] pegar tudo que encontrava pelo caminho [...]”, e comprometeram-se a, em breve, enviar uma resposta.¹⁴

Vale a pena reproduzir a descrição da chegada dos chefes namarrais ao posto português:

Essa gente que foi sucessivamente chegando desde o meio dia, em que se apresentaram 2 ajudantes de Mucuto, ia e voltava anuidadas vezes com o fim evidente de examinar se haveria perigo, ou se o posto estava reforçado, até que tendo retirado todos os armados de espingardas, apareceram finalmente às 4 hs p.m. formando uma pinha composta em que luziam os canos das espingardas, mas em que era impossível descortinar os régulos tanto se apertavam em torno deles.¹⁵

De acordo com o capitão-mor do posto português, os chefes namarrais estavam com um “[...] medo extraordinário que não os deixavam avançar [...]”, o que justificava a comitiva de guerreiros fortemente armados para lhes proteger. Todavia, é preciso lembrar que os mesmos chefes já tinham visitado postos portugueses em outras ocasiões e não se apresentaram com semelhante aparato. É possível supor que o momento era outro, os namarrais talvez quisessem mostrar o poderio militar que possuíam, caso as autoridades portuguesas continuassem com as suas exigências e não entregassem a *filha* de Naguema, obrigando-os, então, a iniciar uma guerra.

As negociações continuaram até que Naguema prestou “jramento e auto de vassalagem” ao governo português, em 4 de abril de 1900, na capitania-mor de Mossuril em troca da sua “filha” Maquia. O capitão-mor de Mossuril também comunicou que o chefe dos namarrais Mocuto-muno apresentara “[...] protestações de fidelidade e obediência ao governo com quem diz querer estar bem, intimando publicamente a sua gente a que o seguisse nesta ordem de idéias”.¹⁶

As sociedades do norte de Moçambique e o governo português empreenderam diferentes estratégias para estabelecer relações políticas ao longo do século XIX. O governo português costumava iniciar os contatos políticos com uma chefia local enviando um representante em missão oficial que, em nome da Coroa, levava alguns presentes, como tecidos e aguardente. Em geral, o passo

seguinte era a assinatura de um tratado de vassalagem, espécie de termo de compromisso que, naquele contexto histórico e geográfico, era mais ou menos padronizado, por meio do qual se estabeleciam certos direitos e deveres entre os dois poderes envolvidos. Por estes tratados, as chefias locais tornavam-se “fiéis” ao governo português e permitiam a circulação de representantes administrativos por suas terras, além de se comprometerem a não atacar outros chefes “vassallos” e a colaborar com os portugueses em caso de guerra enviando homens armados. Por sua vez, o governo português daria a proteção necessária às chefias em situações de disputas políticas ou de guerra.

Os tratados de vassalagem eram instrumentos jurídicos que estabeleciam o domínio português (muitas vezes apenas nominal) sobre as chefias africanas e tentavam assegurar relações harmoniosas entre esses dois poderes. O ato de vassalagem dava ensejo a uma série de outras práticas entre as quais o envio de embaixadas, a renovação de “juramentos de fidelidade” ou “de amizade” pelo chefe eleito e as visitas desses novos representantes políticos seguidas de cerimônias e troca de presentes, como parte de uma política diplomática. (SANTOS, 2006, p. 87-90)

Os tratados de vassalagem, muitas vezes denominados tratados de fidelidade ou de amizade, permitiam que ambos os signatários – a chefia africana e o governo português – utilizassem-no numa política particular, dando-lhes significados próprios. O governo português entendia que, a partir da relação estabelecida com a assinatura do tratado, teria os chefes africanos como seus vassallos e fiéis aliados adquirindo o direito de controlar seus territórios. Por sua vez, as chefias africanas faziam uso dos tratados nas disputas com outros grupos. E o salário ou subsídio recebido do governo português era compreendido como um tributo pago em troca da relação com a Coroa que, muitas vezes, incluía a permissão para a instalação de postos militares ou administrativos portugueses, o livre comércio e a circulação de agentes do governo português no território. Ou seja, para as chefias africanas, o tratado representava o início de uma relação política entre iguais, sem caracterizar submissão.

Algumas chefias africanas mantinham esse tipo de relação com o governo português motivadas pelo prestígio que lhes poderia proporcionar. Em geral, as cerimônias de posse de novos chefes e dos

cargos de capitão-mor ou sargento-mor, bem como as assinaturas dos “termos de vassalagem ou de fidelidade” eram assistidas por vários convidados, amigos e parentes, bem como por outros chefes do litoral e do interior. A presença das autoridades portuguesas nas cerimônias de investidura também causava certo impacto entre os convidados. Além disso, o prestígio almejado poderia advir igualmente do acesso facilitado que teriam às mercadorias fornecidas pelos portugueses.

Outra questão importante para explicar as alianças de chefes africanos com o governo português era a preservação da autonomia política, sobretudo num contexto de disputas pela hegemonia entre certos grupos. Para obter o apoio de chefes africanos no norte de Moçambique, o governo português poderia interferir a favor de alguns deles em disputas pelo poder por meio de três estratégias: 1) reconhecimento da legitimidade de um concorrente ao cargo de chefe antes de ser eleito pelo seu grupo, 2) incentivo e apoio em guerras, por meio do envio de armas e munições, 3) contribuição para a destituição de chefias.

Em outras ocasiões, além de reconhecer a legitimidade de um indivíduo para exercer um novo cargo, o governo português publicava a sua nomeação (e também a sua exoneração), nos *Boletins Oficiais da Província de Moçambique*, pagando-lhe, a partir daquele momento, um “salário”. Isto ocorria frequentemente com o cargo de capitão-mor, cujo ocupante era responsável pelos assuntos referentes à política externa nas sociedades do norte de Moçambique.

Outra estratégia utilizada pelo governo português era contribuir para a destituição de chefias africanas, como aconteceu em Quitangonha com a disputa entre o xeque Aly Hery e o seu capitão-mor Abdurramane Sahid Aly. O xeque Aly Hery foi considerado “rebelde” e “demitido” pelo governo, de acordo com o registro da portaria de 12 de julho de 1857, depois de ser acusado pelo capitão-mor de enterrar vivos um irmão e outras pessoas da sua família e de saquear e incendiar as propriedades da região. O xeque negou que tivesse comandado os ataques e foi “reintegrado” ao cargo, mas “sem nunca ter prestado juramento”, vivendo em completa independência. Contava o governador geral, em 1865, que ao avisar o xeque de Quitangonha Aly Hery que queria com ele conversar,

este respondeu ao emissário do governo: “O senhor governador se tem desejo de me ver que venha cá.” Contrariamente, segundo o mesmo governador, o capitão-mor Abdurramane Sahid Aly sempre fora “fiel ao governo” e prestara “bons e valiosos serviços a esta província em várias ocasiões. Em 1874, o xequê Aly Hery acabou preso pelo governo português e o capitão-mor Abdurramane Sahid Aly foi nomeado o novo xequê em seu lugar, sendo reconhecido pelo governo através de uma portaria e da participação da cerimônia de investidura em Quitangonha.¹⁷

A descrição da cerimônia de posse foi publicada no *Boletim Oficial de Moçambique*, no ano de 1874, demonstrando que era importante ao governo português divulgar entre as potências europeias o domínio que exercia sobre os territórios e os representantes das sociedades africanas. Além disso, com a sua participação na cerimônia, o governo mostrava também aos demais chefes africanos a sua importância e as vantagens que teriam aqueles que se tornassem seus aliados.

Da cerimônia de posse do novo xequê, participaram o xequê de Sancul, da Cabaceira e o chefe namarral Mocuto-muno. Vários presentes foram entregues pelo governo português ao novo xequê, dentre eles, um tecido de seda e de ouro colocado sobre a sua cabeça. Todos os europeus presentes jogaram “pó” sobre a cabeça do xequê.¹⁸ O capitão da fragata da Armada, Pedro Carlos d’Aguiar Craveiro Lopes, representante do governo na cerimônia, fez ver ao chefe namarral Mocuto-muno como os portugueses tratavam os seus “amigos”, dizendo que não perdoaria as ofensas que os inimigos fizessem a quem o governo protegia. Dias depois da cerimônia, o chefe namarral Mocuto-muno assinava um “termo de juramento” junto ao governo português.

A investidura do novo xequê demonstra o entrelaçamento entre elementos simbólicos do poder local e dos portugueses que inseriram, por exemplo, a bandeira portuguesa na cerimônia. As mulheres de Quitangonha eram as responsáveis pela parte musical da cerimônia, tocando vários instrumentos fabricados na povoação. O governo português providenciou que alguns “hinos da Coroa” fossem executados, especialmente no momento da entrega da bandeira portuguesa ao xequê. A cadeira na qual o xequê deveria se sentar

passou pelas mãos dos principais chefes e foi entregue pelo capitão da fragata da Armada portuguesa ao novo xequê, encerrando, desse modo, a cerimônia de investidura.¹⁹

A destituição do xequê de Quitangonha Aly Hery pode ter provocado a ação de Maziza, outra *pia-mvene* do norte de Moçambique. Ela foi acusada de ser responsável pela morte de Abdulrramane Said Aly, novo xequê da Quitangonha, que foi reconhecido pelo governo português. No documento escrito pelo governador geral de Moçambique, João Guedes de Tavares, consta que “[...] uma mulher velha chamada Maziza, chefe de uma tribo de macuas [...]” teria sido responsável pela morte do xequê da Quitangonha, Abdulrramane Said Aly, junto com dois mouros e um parente do antigo xequê Aly Hery, preso em Lisboa. Segundo algumas testemunhas, o motivo da morte era que Abdulrramane lhe devia o pagamento referente à venda de escravos e impedia a realização desse comércio.²⁰ (HAFKIN, 1973, p. 270-274)

Embora possa existir alguma relação entre a morte de Abdulrramane e o envolvimento de Maziza com o comércio de escravos, é preciso problematizar a predominância do fator econômico, tendo em vista que as fontes documentais produzidas por europeus, sobretudo por representantes do governo inglês envolvidos com a repressão ao tráfico de escravos em Moçambique, tendem a ressaltar constantemente esse aspecto. É preciso compreender esse episódio não somente observando a relação econômica, marcada pelo comércio de escravos, mas também considerando outros princípios existentes nas relações entre os africanos, como os da organização das sociedades matrilineares. Desse modo, é possível pensar que, como uma *pia-mvene*, Maziza teria agido em resposta à atitude de Abdulrramane, que desrespeitou as normas de transmissão de poder daquela sociedade ao confabular com o governo português, o que resultou na prisão do xequê eleito pelo grupo e aprovado por ela.

Este episódio envolvendo a *rainha* Maziza evidencia a maneira como o governo português interferia, não apenas na economia da região ao proibir o tráfico de escravos, mas também na estrutura política das sociedades locais. Algumas estratégias do governo como apoiar um pretendente em caso de disputa pela sucessão ou provocar a destituição de um chefe, prendê-lo e colocar um aliado no seu lugar,

como aconteceu com o novo xeque da Quitangonha Abdulrramane Said Aly, desrespeitavam as normas de transmissão de poder, alterando o equilíbrio social do grupo, o que implicava desconsiderar o poder decisório de uma *pia-mwene*. Mesmo que não tenha sido uma atitude de confronto com governo português, tendo em vista que o único atingido direto fora Abdulrramane, Maziza mostrou que não aceitava a interferência das autoridades portuguesas, que ignoraram o seu poder de decisão ao apoiar a deposição do xeque.

Em 1893, o governo português interferiu novamente na forma de organização política das sociedades do norte de Moçambique ao destituir Selemane Bine Mocombotas do cargo de xeque de Seremage, acusando-o de “criminoso e traficante de escravatura”, e nomear para o seu lugar um novo xeque, Sheagy Bin Aly.

Algumas exigências e ameaças feitas por Mocombotas numa carta escrita logo depois da sua posse, em 1891, podem explicar essa atitude do governo português. Endereçada ao comandante militar de Moginqual, João Augusto Soares de Castro Cabral, Age Selemane [Ibraimo] Aly [M’computo] ou Che-Agy solicitava que lhe enviassem alguns produtos como fazenda branca (chamada de americana), piri-piri (pimenta), cominhos, açúcar, manteiga, tâmaras e algodão. Por fim, o xeque ainda ameaçou o comandante militar escrevendo: “Estamos com Pharelai e outro Mussilimague. Senhor Mussa, não faça brincadeira porque aqui veio aqui Pharelai. Não tenha dúvida você deste indivíduo”.²¹

Pode-se supor que Mocombotas (Che Agy) solicitasse o envio dos produtos importados (tecidos, pimenta e açúcar) pelo governo português, por ser um dos chefes responsáveis pela intermediação comercial entre o interior do continente e o litoral Índico. Os chefes de caravanas do interior entregavam gêneros agrícolas e de extração a chefes como Mocombotas e Farelay (de Angoche) que exerciam a função de intermediários comerciais, enquanto os negociantes estrangeiros que desembarcavam na costa do Índico ou os proprietários das lojas comerciais e o governo português forneciam em troca produtos vindos de fora do continente. Com o objetivo de minar o poder de Che Agy como intermediário comercial, que era fortalecido pelo apoio de Farelay, o governo português aliou-se a Sheagy

(xeque de Mutucura, provavelmente concorrente ao mesmo papel de intermediário comercial), reconhecendo-o como o xeque legítimo.

A *pia-mwene* de Seremage, M'Fatima, não reconheceu Sheagy como xeque e continuou legitimando Mocombotas. M'Fatima ou Nune Fatima Bine Zacharias, “mãe” do xeque Che Agy, de Mogincual, era também uma *pia-mwene*, conhecida como “rainha” de Kinga (ou Seremage), na área de Sangage. Os xecados de Sancul, Sangage e Quitangonha foram instituídos, após a instalação do sultanato de Angoche, também por imigrantes muçulmanos vindos do norte da costa oriental, passando pela Matibane, chegando até o rio Lúrio e, mais ao sul, instalando-se na região das baías de Mocambo e Mossuril. O primeiro a ser instituído foi o xecado de Sancul, no século XVI, por muçulmanos que saíram da ilha de Moçambique após a ocupação pelos portugueses. Instalaram o xecado de Sancul três quilômetros ao sul da baía de Mocambo. Mais tarde, uma parte da população de Sancul separou-se e fundou Sangage, solicitando ao sultanato de Angoche o direito de se instalarem naquelas terras, o que explicaria a relação de lealdade ou de dependência com aquele sultanato.

A *pia-mwene* de Sangage é retratada nas fontes documentais como uma mulher respeitada e detentora de muito prestígio nessa região.²² Esteve também envolvida na “coligação de resistência” organizada no final do século XIX. Há indícios de que ela ajudava o capitão-mor de Sancul, o Marave, enviando “gente de guerra”.²³ Como demonstração das funções de uma verdadeira *pia-mwene*, em 1891, ela informava ao comandante militar de Mogincual, Francisco de Meneses e Mendonça, que já havia nomeado o novo xeque para substituir o seu filho morto, Selemane Bine Aly.²⁴

M'Fatima era considerada pelo comandante militar de Mogincual, Antonio Diniz de Ayalla, “inimiga” do governo português, devido às suas atitudes frente a algumas solicitações, como o reconhecimento de Sheagy como xeque de Seremage, instituído pelo governo português. M'Fatima também não entregara o “monhé” Abdala, acusado de roubos em Natule e refugiado em suas terras, tão pouco fora ao encontro do comandante militar Ayalla, que ainda não a conhecia pessoalmente.²⁵

Por conta disso, o comandante militar de Moginqual, Antonio Diniz de Ayalla, escreveu a M'Fátima sugerindo que agiria com violência se ela não fosse uma mulher “Eu e Sheagy bem sabemos que é mulher e por isso temos muita pena dela de termos milando com ela, nós antes queríamos que fosse um homem porque nem eu como governo nem Sheagy escreveríamos cartas e procederíamos d'outra maneira.”²⁶

No entanto, o governo português parecia compreender inteiramente o papel de uma *pia-mvene*. Nessa mesma carta enviada a M'Fátima, o comandante militar de Moginqual tratou de tranquilizá-la, afirmando que ninguém lhe faria mal e que o novo xeque Sheagy a trataria com respeito “[...] como se Nune Fatima fosse mãe dele”.²⁷

Considerações finais

Assim, ao longo do período estudado, foi possível notar que as chefias das sociedades do norte de Moçambique agiram na tentativa de preservar concomitantemente o direito de se autogovernar e de continuar exercendo a sua liberdade política ao refutar as interferências dos portugueses nas disputas internas, nos seus processos sucessórios e nas suas estruturas sociais.

Contudo, este trabalho não tem como pressuposto estabelecer uma análise dicotômica – dominação/resistência – da relação entre o governo português e as sociedades locais. Não se pode negar que as relações inseridas na dinâmica norte-moçambicana foram marcadas por muitos momentos de tensão e conflito, mas é preciso salientar que existiram igualmente espaços de negociação e convivência.

Por muitas vezes, as chamadas *pia-mvene* estabeleceram relações políticas amistosas com o governo português. Em outros momentos, questionaram a interferência do governo português nos processos sucessórios ao verem ignorada a importância de uma das suas principais funções quando as autoridades portuguesas apoiavam e legitimavam o poder dos concorrentes aos cargos de chefe e capitão-mor, antes mesmo da sua aprovação. Dessa maneira, foi

possível observar a dinâmica das relações e as estratégias políticas estabelecidas entre as *pia-mwene* e as autoridades portuguesas no final do século XIX no norte de Moçambique.

POWER AND POLITICAL STRATEGIES IN NORTHERN MOZAMBIQUE: THE RELATIONSHIP BETWEEN THE *PIA-MWENE* AND THE PORTUGUESE GOVERNMENT AT THE END OF THE NINETEENTH CENTURY

Abstract: The objective of this paper is to analyze the relationship between *pia-mwene*, representatives of the lineages in the societies of northern Mozambique, and the Portuguese government at the end of the nineteenth century. Before the interference of the Portuguese authorities in the succession processes of the local societies, it is possible to observe the strategies used by *pia-mwene* to preserve the autonomy and the political legitimacy.

Keywords: Political power. *Pia-mwene*. Northern Mozambique.

Notas

¹ “Todos os indivíduos, sem distinção de sexo, pertencem a um ‘nihimo’, a que ninguém é lícito renegar. Todos os indivíduos de um ‘nihimo’ se encontram ligados pelos mais estreitos laços de família. Um homem de determinado ‘nihimo’, que venha, por exemplo, de Quelimane para Porto Amélia, ao encontrar, aqui, uma mulher do seu ‘nihimo’ trata-la-á por mãe, se for idosa, e por irmã, se for nova, muito embora só naquele momento a tenha conhecido.” (BAPTISTA, 1948, p. 25).

² “Segue-se a mapira, nome que dão ao sorgo, o outro elemento principal, que juntamente com a mandioca constituía base da alimentação indígena, fazendo a ‘chima’ (papas), e que fermentado em panellas dá o ‘pôbe’, ou cerveja de milho, bebida da sua predilecção.” (LUPI, 1970, p. 50). Cf. também Hafkin (1973, p. 80); Bonate (2007, p. 58); Mbwiliza (1991, p. 69).

³ As relações existentes entre a ancestralidade e as instituições sociais na África é analisada em Leite (2008).

⁴ Para uma análise comparativa dos elementos simbólicos e a autoridade entre os Mbundu de Angola, é importante o trabalho de Miller (1995).

⁵ Embora esses etnônimos sejam empregados neste trabalho para facilitar a compreensão já que foram assim mencionados na maioria das fontes utilizadas,

é possível perceber que nesse período os chamados suaílis de Angoche, de Sancul, de Sangage e de Quitangonha, e os macuas do interior do norte de Moçambique, como os imbamelas e os namarraís, estavam integrados muito mais em espaços amplos, estruturados a partir de fatores econômicos, políticos e/ou culturais, do que em torno de etnias. A respeito dessa discussão, ver: Amselle (1999, p. 11-48).

⁶ A migração das populações ngunis é tratada em Newitt (1972a, 397-406); Serra (1982); Santos (2010).

⁷ Correspondência do capitão-mor das Terras da Coroa ao chefe da Repartição Militar do Distrito de Moçambique. Mossuril, 25 de julho de 1898. Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, 1898, caixa 8-9, maço 1.

⁸ De acordo com Geffray, as noções de pai, mãe, filhos, irmãos, tios, sobrinhos, primos, avós, tal qual se empregam nas nossas relações de parentesco, não devem ser traduzidas. Essas noções não possuem um significado universal, não se encontrando o mesmo sentido entre os macuas. Somente a noção de esposa pode ser desse modo traduzida sem que se distorça o seu significado. Por essa razão, todas as outras palavras que se referem ao parentesco devem ser escritas entre aspas. (GEFFRAY, 2007, p. 23-25).

⁹ Correspondência do capitão-mor das Terras da Coroa em Mossuril ao chefe da Repartição Militar do Distrito de Moçambique. Mossuril, 7 de janeiro de 1899. AHM, Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, caixa 8-9, 1898-1900. A partir do relato do soldado desertor Cicatriz que fora preso pelo governo português, o capitão-mor das Terras da Coroa em Mossuril afirmava: “A Naguema está residindo n’uma outra [palhota] no Nacolua, que diz ser junto d’Ampia, e visita diariamente a palhota onde foi presa a filha Mâquia, aonde estão depositadas 10 armas e 16 caixotes que diz serem munições de guerra, ainda fechadas, tudo entregue à guarda de 20 homens da Naguema e 14 do Marave, além d’outros que rondam aquelles sítios. Aguardam ordens do Mucuto para entregar aquelles objetos [...]. A Naguema (a quem o Mucuto-muno trata por mãe, mas não é) deseja de preferência a filha Mâquia ao Marave, o que é confirmado por informações dadas pelo comandante do Ibrahim. Acrescenta o preso que em Naguema há soldados landins prisioneiros e não feridos, que elles pretendem trocar pela Mâquia, em logar do Marave.” Ofício do capitão-mor das Terras da Coroa, no Mossuril, António Camisão, ao governador do distrito de Moçambique. Mossuril, 25 de julho de 1898. AHM, Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, caixa 8- 9, maço 2, 1897-1899.

¹⁰ Vale ressaltar que, além das fontes produzidas por europeus e, em maior número, por portugueses, analisei as correspondências escritas por sultões e chefes, incluindo as *pia-mvene*, do norte de Moçambique, preservadas no Arquivo Histórico de Moçambique. Essa documentação é extremamente rica, pois guarda proximidade com relação aos fatos, porque foi produzida no momento dos acontecimentos e trata de assuntos ligados ao cotidiano das relações entre os chefes do norte de Moçambique e as autoridades portuguesas, permitindo uma aproximação maior no que se refere às questões colocadas por esses atores. Essas correspondências foram escritas em língua suaili e com caracteres árabes e, em sua maioria, são acompanhadas da respectiva tradução realizada por um tradutor ligado ao governo português (“língua do Estado”). Ressalte-se que, para este trabalho, tive o cuidado de confirmar as referidas traduções analisadas.

¹¹ Correspondência da rainha Naguema ao governador das Terras Firmes. AHM, Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, caixa 8-9, 1898-1900.

¹² Correspondência do capitão-mor de Mossuril ao chefe da Repartição Militar do Distrito de Moçambique. AHM, Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, caixa 8-9, 1898-1900.

¹³ Correspondência do capitão-mor do Mossuril ao chefe da Repartição Militar do Distrito de Moçambique. Mossuril, 16 de fevereiro de 1899. AHM, Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, caixa 8-9, 1898-1900.

¹⁴ Correspondência do capitão-mor do Mossuril ao chefe da Repartição Militar do Distrito de Moçambique. Mossuril, 1 de maio de 1899. AHM, Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, caixa 8-9, 1898-1900.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ Correspondência de Jayme Augusto Vieira da Rocha ao secretário geral do Governo Geral de Moçambique. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Correspondência dos Governadores, Moçambique, caixa s. n., pasta 18, 1900-1901, capilha 1, documento 182.

¹⁷ AHU, SEMU, DGU, Correspondência, Moçambique, 16 outubro de 1874, caixa 1320, pasta 1, capilha 1, documento 182; AHU, SEMU, DGU, Correspondência, Moçambique, 1874, caixa sem n°, pasta 48, capilha 5, documento “Relatório do Governador Geral”.

¹⁸ Este pó era feito com a farinha de mapira, produto utilizado nas investiduras dos chefes no norte de Moçambique, considerada o principal elemento simbólico de poder.

¹⁹ Biblioteca Nacional de Portugal. *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Moçambique*, ano de 1874.

²⁰ Correspondência do governador geral de Moçambique, 21 de julho de 1875. AHU, SEMU, DGU, Moçambique, caixa sem nº, pasta 49, capilha 1, documento 181. Esta questão também é tratada em: Relatório do Governador Geral de Moçambique. AHU, SEMU, DGU, Moçambique, 1875, caixa sem nº, pasta 50, capilha 1, documento 1.

²¹ Correspondência do xequê Che Agy ao comandante militar do Moginqual. Moginqual, 10 de abril de 1891 (data do envio da carta em árabe ao Secretário Geral). AHM, Fundo do século XIX, Governo Geral de Moçambique, 1891, caixa 8-151, maço 1.

²² Correspondência de Che Agy Bine Aly ao comandante militar do Mossuril, [1891]. AHM, Fundo do século XIX, Governo Geral de Moçambique, 1891, caixa 8-151, maço 1.

²³ Correspondência do capitão-mor das Terras da Coroa ao chefe da Repartição militar do Distrito de Moçambique enviando a nota do comandante militar do Infusse. Infusse, 18 de setembro de 1898. Correspondência do capitão-mor das Terras da Coroa ao chefe da Repartição Militar do Distrito de Moçambique. Mossuril, 26 de outubro de 1898. AHM, Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, 1898, caixa 8-9, maço 1.

²⁴ Correspondência do comandante militar do Moginqual ao secretário geral do Governo Geral de Moçambique. Moginqual, 12 de janeiro de 1891. AHM, Fundo do século XIX, Governo Geral de Moçambique, 1891, caixa 8-151, maço 1. Ver também: Correspondência do capitão-mor do Mossuril ao chefe da Repartição Militar do Distrito de Moçambique. Mossuril, 21 de agosto de 1899. AHM, Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, 1899, caixa 8-9, maço 1.

²⁵ Correspondência do comandante militar de Moginqual a Nuno Fatima Bine Zacharias. Moginqual, 11 de maio de 1893. AHM, Fundo do século XIX, Governo Geral de Moçambique, 1893, caixa 8-156, maço 1.

Correspondência de Antonio Diniz de Ayalla, comandante militar de Moginqual, a Nuno Fatima Bine Zacharias. Moginqual, 11 de maio de 1893. AHM, Fundo do século XIX, Governo Geral de Moçambique, 1896, caixa 8-156, maço 1. Ver também: AHM, Fundo do século XIX, Governo Geral de Moçambique, 1891, caixa 8-151, maço 1.

²⁶ Correspondência de Antonio Diniz de Ayalla, comandante militar de Moginqual, a Nuno Fatima Bine Zacharias. Moginqual, 11 de maio de 1893. AHM, Fundo do século XIX, Governo Geral de Moçambique, 1896, caixa 8-156, maço 1. Ver também: AHM, Fundo do século XIX, Governo Geral de Moçambique, 1891, caixa 8-151, maço 1.

²⁷ Correspondência de Antonio Diniz de Ayalla, comandante militar de Moginqual, a Nune Fatima Bine Zacharias. Moginqual, 11 de maio de 1893. AHM, Fundo do século XIX, Governo Geral de Moçambique, 1896, caixa 8-156, maço 1.

Referências

AMORIM, P. M. de. *Relatório sobre a ocupação de Angoche* operações de campanha e mais serviços realizados. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1911.

AMSELLE, J.-L. Ethnies et espaces: pour une anthropologie topologique. In: IDEM; M'BOKOLO, E. *Au coeur de l'ethnie: Ethnie, tribalisme e État en Afrique*. Paris: La Découverte, 1999. p. 11-48.

BAPTISTA, A. dos S. *Monografia etnográfica sobre os macuas*: breve ensaio etnográfico sobre a Nação Macua, dos distritos de Cabo Delgado, Nampula e Quelimane. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1948.

BONATE, L. J. K., *Traditions and transitions: Islam and chiefship in Northern Mozambique*, ca. 1850-1974; Tese (Doutorado), Departamento de Estudos Históricos, Universidade de Cape Town, África do Sul, 2007.

CAPELA, J. Como as aringas de Moçambique se transformaram em Quilombos. *Tempo*: Revista do Departamento de História da UFF. Rio de Janeiro: 7 Letras, v. 10, n. 20, jan./jun. 2006.

GEFFRAY, C. *Nem Pai nem Mãe*: Crítica de Parentesco: O caso de Macua. Maputo: Editorial Ndjira/Lisboa: Editorial Caminho, 2000.

PE. Gerard. Mahimo Macuas. *Moçambique Documentário Trimestral*, n. 26, abr./jun. 1941.

_____. Costumes dos macuas do Medo. *Moçambique Documentário Trimestral*, n. 28, out./nov. 1941.

HAFKIN, N. *Trade, society and politics in Northern Mozambique, c.1753-1913*. Dissertation (Ph. D.), Boston University Graduate School, Boston, 1973.

LEITE, F. *A questão ancestral*: África Negra. São Paulo: Palas Athena; Casa das Áfricas, 2008.

LUPI, E. do C. *Angoche*: Breve memória sobre uma das capitânias-mores do distrito de Moçambique. Lisboa: Typographia do Annuario Commercial, 1907.

MACHADO, A. J. de M. *Entre os macuas de Angoche*. Lisboa: Prelo, 1970.

MARTINS, L. F. G. A expedição militar portuguesa ao Infusse em 1880: Um exemplo de ocupação colonial nas terras islamizadas do Norte de Moçambique. In: SANTOS, Maria E. M. *Reunião Internacional de História de África: relação Europa-África no 3o quartel do século XIX*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1989.

_____. Os Namarrais e a reacção à instalação colonial (1895-1913). Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT). *Blogue de História Lusófona*, Ano 6, julho de 2011. Disponível em: <<http://www2.iict.pt>>. Acesso em: set. 2011.

MATTOS, R. A. de. *As dimensões da resistência em Angoche*: da expansão política do sultanato à política colonialista portuguesa no norte de Moçambique (1842-1910). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MBWILIZA, J. F. *A history of commodity production in Makuani, 1600-1900*. Dar es Salaam: Dar es Salaam University Press, 1991.

MILLER, J. C. *Poder político e parentesco*: Os antigos estados mbundu de Angola. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995.

NEWITT, M. The early history of the sultanate of Angoche. *The Journal of African History*, v. 13, n. 3, p. 397-406, 1972a.

_____. Angoche, the slave trade and the portuguese. *The Journal of African History*, v.13, n.4, p.659-672, 1972b.

RODRIGUES, E. Senhores, escravos e colonos nos prazos dos Rios de Sena no século XVIII: conflito e resistência em Tambara. In: *Conference The Evolution of Portuguese Asia: Quincentenary Reflections: 1498-1998*, Charleston, South Carolina, Estados Unidos da América, 18-20 mar. 1999.

SANTOS, C. M. Escrever o poder. Os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu. *Revista de História*, São Paulo: Dept. História/USP, n. 155, 2º semestre, 2006. p. 87-90.

SANTOS, G. A. *Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897)*. São Paulo: Alameda, 2010.

SERRA, C. *História de Moçambique*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de História e Tempo Editorial, 1982.

VILHENA, E. J. de. *Cia. do Nyassa: Relatório e Memórias sobre os territórios*. Lisboa: Typographia da “A Editora”, 1906.

Recebido em: 09/03/2014

Aprovado em: 21/08/2014